

**ANAIS DO II COLÓQUIO DO LAHES:
MICRO HISTÓRIA E OS CAMINHOS DA
HISTÓRIA SOCIAL**

Comissão Organizadora:

Prof^a Dr^a Carla Maria Carvalho de Almeida (UFJF)

Prof^o Dr Cássio Fernandes (UFJF)

Prof^a Dr^a Mônica Ribeiro de Oliveira (UFJF)

Prof^a Dr^a Sônia Maria de Souza (UFJF)

Promoção:

Laboratório de História Econômica e Social

Programa de Pós-graduação em História da UFJF

Apoio:

Pró-Reitoria de Pesquisa

Instituto de Ciências Humanas

FAPEMIG

CAPES

Editoração:

Bianca Portes de Castro

Ficha Catalográfica:

II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social (2008: Juiz de Fora, MG). Micro História e os caminhos da História Social: Anais / II Colóquio do LAHES; Carla Maria Carvalho de Almeida, Mônica Ribeiro de Oliveira, Sônia Maria de Souza, Cássio Fernandes, organizadores. Juiz de Fora: Clio Edições, 2008, <http://www.lahes.ufjf.br>.

ISBN: 978-85-88532-29-8

1. História 2. História Econômica e Social. I. Carla Maria Carvalho de Almeida. II. Mônica Ribeiro de Oliveira. III. Sônia Maria de Souza. IV. Cássio Fernandes.

O DEBATE SOBRE A MÃO-DE-OBRA E AS REPRESENTAÇÕES DO INDÍGENA NAS REVISTAS MINERVA BRASILIENSE E GUANABARA (1843-1846)

Gabriel Abílio de Lima Oliveira^{*}
Flávia Cristina Silva^{**}

Introdução

O presente trabalho tem como norte uma abordagem acerca da questão referente à construção da identidade nacional brasileira no século XIX, mais precisamente no contexto pós-independência¹, onde surgem muitos questionamentos acerca de como seriam, a partir de então, conjugados os vários elementos constituintes do recente país chamado Brasil. Tudo isso sob os auspícios da vontade de modernização e civilização, preocupações que se intensificam a partir de um maior contato com as idéias do “velho continente”, em grande parte conseqüência da chegada da Corte portuguesa. Para tanto, toma-se como item central da análise deste trabalho a inserção dos povos indígenas em uma sociedade baseada na instituição escravista Africana, através de um projeto indigenista forjado pelos intelectuais da primeira fase do romantismo (1836), juntamente com membros do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) bem como figuras da política Imperial e do próprio Imperador.

A questão relativa aos povos indígenas e sua identificação com a construção da nação brasileira têm, nesta pesquisa, duas perspectivas de análise. Primeiro, destaca-se a incorporação do índio como possível alternativa à mão-de-obra escrava Africana. Em segundo lugar, é feita uma abordagem simbólico-literária que leva em conta o indianismo como primeiro discurso articulado de identidade nacional. Ambas as análises utilizam como fontes os debates entre os intelectuais que se encontram nas revistas “Minerva Brasiliense” e “Guanabara”.

^{*} Graduando da Universidade Federal de São João del Rei. E-mail: mamute17@yahoo.com.br

^{**} Graduada da Universidade Federal de São João del Rei. E-mail: historia_flavia@yahoo.com.br

¹ JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo Garrido. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)” In MOTA, Carlos Guilherme (Org). *Viagem incompleta 1500-2000. A experiência brasileira. Formação: histórias*. São Paulo: Ed. Senac; 2000.

Tráfico e escravidão

A primeira metade do século XIX apresentou um problema na estrutura básica que sustentava a economia e, de certa maneira, a ordem vigente na sociedade brasileira. A partir da década de 20 começaram as pressões inglesas para o fim do tráfico de escravos e mesmo alguns questionamentos internos, pautados no horizonte liberal que tomava forma diante da emancipação política, da constituição e das mudanças no próprio pensamento político, entretanto, a conjuntura econômico-social do Brasil não proporcionava consenso sobre o fim de tal comércio e tampouco da instituição escravista, pois, a crescente economia baseada no café dependia dessa força de trabalho. Portanto: “*Nem mesmo o fim legal do tráfico transatlântico, em 1831, abalou a ordem escravista brasileira: até a segunda metade da década de 1840, os poderes públicos nacionais não se empenharam seriamente no controle ao tráfico ilegal*”².

Desse modo, o horizonte liberal do país recém independente deveria se conjugar a uma instituição típica da colônia, ou seja, com essa nova situação, os projetos de construção da nação e consolidação do Estado deveriam levar em consideração a viabilidade e o grau de sustentabilidade de uma nova cultura política conjugada a uma prosperidade e desenvolvimento econômico baseado em uma instituição arcaica. Portanto, tornava-se uma necessidade discutir os rumos que a configuração social do país iria tomar, pois, as pressões inglesas eram uma ameaça à soberania nacional e, internamente, questões como o lugar do escravo na sociedade, o medo da haitianização e as possibilidades de manter o tráfico, a escravidão e mesmo somente a escravidão começavam a ser discutidas nos círculos políticos³. Aparecem neste íterim, nomes como o de José Bonifácio, Azaredo Coutinho, Varnhagem, José Raimundo da Cunha Matos e Januário da Cunha Barbosa.

Nos estudos sobre a relação entre a política imperial e a escravidão deve-se destacar o trabalho de José Murilo de Carvalho, que entende o fim do trabalho cativo como uma política gradual do Estado. Esta ação do governo causou, em certo sentido, a perda de legitimidade da monarquia ao longo do oitocentos, pois, criou tensões com a classe senhorial⁴. Através de

²MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente. Senhores, letrados e o controle dos escravos, 1660-1680*. São Paulo: Cia das Letras; 2004. P. 262.

³RODRIGUES, Jaime. *O Infame Comércio. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil. (1800-1850)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP: CECULT, 2000.

⁴ Esta discussão é pormenorizada no 2º capítulo de. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: A elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*/José Murilo de Carvalho. 2.ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

outra ênfase, o trabalho de Ilmar Rohloff de Matos identifica o Estado como agente mantenedor da instituição escravista:

*(...) o Estado imperial não foi um agente antiescravista. Pelo contrário, ele foi o agente privilegiado na procura da preservação do monopólio da mão-de-obra, ao lado de outros monopólios, por uma classe que ele é obrigado a forjar para tanto, no momento da restauração de um nexos que era não só a sua razão de existência como a da própria classe. Forçado a uma defensividade, ele procura eliminar ou restringir as razões de sua vulnerabilidade, ao começar pela extraterritorialidade do mercado de trabalho. Por isso mesmo, a extinção do tráfico intercontinental era a maneira de preservar a escravidão ou o monopólio da mão-de-obra.*⁵

A questão da escravidão foi um ponto central nas discussões sobre a configuração social do Brasil no oitocentos. Portanto, apesar da maioria dos trabalhos sobre o assunto apontarem para a compatibilidade entre a escravidão e o acanhado liberalismo brasileiro do século XIX, acreditamos ser possível perceber outras posturas internas à elite, posturas que apontavam a escravidão como principal obstáculo à construção de uma nação civilizada e liberal. Por esta razão o principal objetivo da presente pesquisa é o mapeamento das diversas alternativas de mão-de-obra elaboradas no contexto de construção da nacionalidade; entre elas está a proposta indianista, encetada por uma elite intelectual e política minoritária, mas extremamente influente nos altos círculos da Corte imperial.

O trato dos povos indígenas

Durante o período colonial a política do governo português para com os indígenas era, no mínimo, insuficiente. Como inicia Perrone-Moisés o seu artigo sobre a legislação indigenista do período colonial: “*Contraditória, oscilante e hipócrita: são esses os adjetivos empregados, para qualificar a legislação e a política da Coroa portuguesa em relação aos povos indígenas do Brasil colonial*”.⁶

Os colonizadores e jesuítas foram os dois grupos predominantes, durante o período citado, no trato com os povos indígenas que também foram divididos em dois grupos: os “bravos” (botocudos) e os “mansos” (Tupi e Guarani). Assim, colonizadores e jesuítas, cada um, à sua maneira e com objetivos diferentes, se adentraram e se relacionaram com esses

⁵ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. Rio de Janeiro: Access, 1999. p. 184.

⁶ PERRONE-MOISÉS, Beatriz. *Índios livres e índios escravos: Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)*. In CUNHA, Manuela Carneiro da Cunha (Org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. p.115.

povos deixando profundas marcas na maneira de viver dos mesmos. Portanto entre salvar almas, escravizar, se aliar, matar e criar conflitos, os “brancos” europeus e os índios formaram um quadro contraditório e confuso em um período que as leis da Corte não abarcavam as situações criadas e vividas, ou seja, a lei era falha quanto ao seu aspecto jurídico.

Esse quadro se alteraria, em certa medida, com a expulsão dos jesuítas na era pombalina. Entretanto, no limiar do tempo entre séculos XVIII e XIX, a questão se modifica de outra maneira, pois: Com a revogação, em 1798, do Diretório Pombalino promulgado na década de 1750, havia-se criado um vazio que não seria preenchido. “*Só em 1845, com o “Regulamento acerca das Missões de Catechese e Civilização dos Índios” (Decreto 426 de 24/07/1845), é que se tentará estabelecer diretrizes mais gerais, mais administrativas na realidade, do que políticas, para o governo dos índios aldeados.*”⁷

A partir do século XIX aparecem questões até então não discutidas acerca dos povos indígenas no Brasil, algumas antropológicas como sua possível civilização, outras de cunho político e social como seu espaço na sociedade. Também surge neste lócus de discussão a questão das terras que, de acordo com a lei de 1850, considerava as mesmas como propriedades legítimas dos povos indígenas.

Portanto, no oitocentos forma-se uma complexa rede de discussões acerca da condução da nova nação brasileira que tem em suas fímbrias os contextos plurais da política, economia e cultura. Neste ínterim, aparece o indigenismo como alternativa aos empecilhos ligados às limitações da manutenção da mão-de-obra escravista africana e, conseqüentemente, afloram as questões relativas ao modo como viviam os indígenas e como viveriam se incorporados no dia-a-dia das fazendas ou mesmo das cidades. Segundo Kaori Kodama:

*Nos debates da primeira legislatura da Assembléia Geral, a associação entre colonização, civilização e catequese se reportava primeiramente às restrições impostas pela Inglaterra ao tráfico de escravos. A questão primordial da escassez da mão-de-obra escrava repercutia na busca de alternativas e na aprovação de projetos de colonização. A promoção de companhias agrícolas de colonização, como a que propunha Joaquim José da Siqueira para o Maranhão, requeria justamente discutir a política para a população indígena local como concomitante a tais projetos.*⁸

O trecho acima demonstra o contexto em que a preocupação com os povos indígenas se dava e, diante das situações diversas os projetos eram também diversos. José Bonifácio, já na década de 20, lançava suas idéias relativas à necessidade de educação e civilização dos

⁷ CUNHA, Manuela Carneiro da. *Política indigenista no século XIX*. In CUNHA, Manuela Carneiro da Cunha (Org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. P. 138.

⁸ KODAMA, Kaori. *Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: a etnografia do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)*. Tese (doutorado). Rio de Janeiro: PUC, Departamento de História. p.185.

nativos. Por outro lado, e alguns anos mais tarde, Varnhagem faria a defesa da escravização dos mesmos⁹.

Portanto, a partir dessa perspectiva de identificação das idéias relacionadas aos povos indígenas, seu lugar e sua função na sociedade Brasileira coeva, nossa pesquisa pretende abordar um projeto específico de nação, aquele apresentado pela primeira geração dos intelectuais românticos, cujos nomes mais expressivos foram Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto Alegre, Francisco de Salles Torres Homem, Gonçalves Dias, entre outros. Atuando em diversos espaços de sociabilidade, esta geração formulou considerações significativas sobre a importância simbólica do indígena para a nacionalidade e sobre as possibilidades de sua efetiva incorporação no seio da nação. Dentro da variedade de reflexões que estes intelectuais produziram, buscamos mapear e analisar suas idéias e posições frente ao debate sobre a mão-de-obra a partir de duas de suas publicações: as revistas “Minerva Brasiliense” (1843-1845) e “Guanabara” (1849-1856).

Uma elite letrada

No século XIX, devido às mudanças ocorridas em consequência da chegada da Corte Portuguesa, os círculos intelectuais de discussão começam a crescer no Brasil, especificamente no Rio de Janeiro: “*A presença da Corte fez do Rio de Janeiro não só a capital administrativa, centro das decisões políticas e legislativas, mas também o núcleo de onde irradiavam novas formas de comportamento, de hábitos, de costumes, novas idéias, novas maneiras de morar e conviver*”.¹⁰ Nesse sentido, as abordagens acerca do recente Império e suas características se tornam importantes bases para a elaboração de uma política pautada nas idéias de intelectuais e políticos. Alguns desses homens dariam ênfase a propostas de rupturas com as características da Sociedade Colonial e entre eles, Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto alegre e Francisco de Sales Torres-Homem, são essas as personalidades de destaque na presente pesquisa. Primeiramente, é importante salientar como os respectivos nomes conseguiram chegar à alta intelectualidade do Império:

⁹ Para uma análise mais pormenorizada discussão ver. PUNTONI, Pedro. “O senhor Varnhagem e o patriotismo caboclo: o indígena e o indigenismo perante a historiografia brasileira”. In: JANCSO, István. (Org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003.

¹⁰ PINASSI, Maria Orlandi. *Três devotos, uma fé, nenhum milagre*. São Paulo: Ed Unesp; 1999. P. 54.

(...) observa-se que a reflexão intelectual foi por eles conquistada a duras penas. Nenhum dos três portava riquezas de família e, para darem continuidade aos estudos, não puderam prescindir do mecenato e do emprego público, duas dimensões que lhes possibilitou a sobrevivência dos primeiros anos e, depois de alcançada a glória, ascender na hierarquia social e política do Império.¹¹

Portanto, os três atores sociais destacados aqui se relacionaram a partir de um interesse comum pelas ciências e, depois de uma jornada de estudos, inclusive em Paris, entraram em círculo social onde conheceram personalidades importantes como o pintor Debret e, mais tarde, o próprio D. Pedro II.

As idéias defendidas por esses intelectuais se baseavam fortemente no pensamento europeu. No intuito de divulgar tais idéias respaldadas pela noção de cultura civilizada fundaram, em 1836, a revista “Niteroy”. Esse projeto rendeu apenas 2 volumes, publicados ainda em Paris. Entretanto, já em 1843, surge a revista “Minerva Brasiliense” que conta com artigos de Magalhães, Araújo e Torres-Homem e outros. Logo na introdução do 1º volume lê-se:

Para justificar o nosso tempo dos ataques que lhe tem sido dirigidos, de superficialidade e impotência, em comparação dos fortes estudos e grandes trabalhos de outrora, he bastante lançar as vistas sobre os progressos, que desde o princípio do século tem havido nos diversos ramos da arvore encyclopédica, e em algum dos melhoramentos práticos da condição humana.¹²

Pode-se perceber pela análise do trecho acima que os objetivos da revista eram diversos, mas, seus autores procuravam sempre dar destaque às inovações da época. Assim, a modernização e a civilização do país eram aspectos basilares desse periódico. Essa característica tem sua gênese na influência do pensamento europeu sobre os três intelectuais, para eles o Brasil deveria seguir a tradição revolucionária da burguesia européia. Entretanto, tal classe não tinha representação no Império. Apesar disso, há uma tentativa de definição do que seria a classe média em um dos artigos da “Minerva”:

Esta escola he para a classe media da sociedade, isto he, para a que deve dar alumnos a todas as artes úteis, e ao commercio. Huma educação conveniente para esta porção da associação he da mais transcendente importância, e traz consigo os mais sérios e sublimes resultados. He nesta classe que reside toda a força da comunidade, nella se contem a maior porção da industria, he nella que se encontra sempre o gênio, que inventa, e a mão, que executa; o emprehendedor, que projecta, e o agente que realisa.¹³

¹¹ Idem ibid p. 40.

¹² Minerva Brasiliense, Jornal de Sciencias, Letras e Artes – nº. 1 de 1º/11/1843 – Introdução. Progressos do século atual. Francisco Sales Torres Homem.

¹³ Idem, nº. 10 de 15/03/1844-Instrução Publica.

Percebe-se no trecho citado, o elogio a certo grupo denominado “classe média” pelo autor. É, no mínimo, curiosa a utilização de tal termo e o elogio a este grupo que representaria uma vanguarda da sociedade. Faz-se importante salientar que o artigo analisado é sobre o modelo de educação observado na Europa, entretanto, é instigante pensar nos limites da incorporação de tal modelo no Brasil Imperial, bem como as maneiras de fazê-lo e quais seriam os atores sociais em questão.

Outro ponto importante a ser destacado é a questão da mão-de-obra, que aparece algumas vezes ao longo dos artigos da “Minerva Brasiliense”: “(...) *a carestia dos capitais no nosso mercado e a falta de operários próprios aos concertos destes vaporizadores sobrecarregaria esta industria de hum peso que depois de a ter acabrunhado finalisaria por dar-lhe a morte.*”¹⁴ Este artigo trata da possível modernização da “indústria” da cana-de-açúcar, que seria de difícil realização dada a situação dos investimentos e da mão-de-obra que não se adequariam a esses progressos. Assim, percebe-se que uma mudança era necessária nos padrões de mercado do Brasil e isso engloba o repúdio à escravidão, uma instituição que travava o desenvolvimento da sociedade.

Anos mais tarde, precisamente em 1849, surge a revista “Guanabara”¹⁵ que, em certo sentido, continuaria o legado da “Minerva”. Agora com a participação de Gonçalves Dias e Joaquim Manoel de Macedo e sem Torres-Homem e Gonçalves de Magalhães. Entretanto, até o presente momento, o contato com essa fonte é incipiente e não dá margem a conclusões ou mesmo hipóteses.

As revistas “Minerva Brasiliense” e “Guanabara” representaram importantes lócus de debate acerca das transformações ocorridas, possíveis e necessárias no contexto do século XIX no Brasil, muitas das idéias dos intelectuais ligados ao traço antiescravista da sociedade estão contidas nestes periódicos, sendo os mesmos preciosas fontes para a identificação das alternativas e projetos de civilização e progresso, ligados também às políticas indigenistas e ao discurso nacionalista do indianismo, difundido, principalmente pelas figuras de Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias.

¹⁴ Idem, nº. 7 de 1º/02/1844-*Phisica Industrial*. Candido de Azeredo Coutinho.

¹⁵ LOPES, Hélio. “*A Divisão das águas: contribuição ao estudo das revistas românticas Minerva Brasiliense (1843-1845) e Guanabara (1849-1856)*”. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.

Conclusão

Diante dos questionamentos levantados até o presente momento neste trabalho, pode-se destacar uma preocupação com a pluralidade da configuração social no Brasil Império. Procura-se aqui destacar o surgimento de propostas que circunscrevem a construção da Nação e os atores que estariam envolvidos em tal processo, levando em consideração o choque entre as estruturas Coloniais - com destaque para a escravidão - solidificadas por três séculos e o incipiente liberalismo que traz em seu bojo as noções de civilização, modernização e progresso. Todo esse contexto é pensado aqui em um século XIX que apresenta rupturas em uma Europa, especificamente na França, tida, por muitos intelectuais coevos, modelo ideal de sociedade.

Assim, especificamente objetiva-se destacar uma dinâmica social em um recorte espaço-temporal considerado muitas vezes como desprovido de projetos alternativos àqueles que davam ênfase à manutenção da instituição escravista africana e de cânones políticos e culturais. Tudo isso é tratado aqui sob a ótica da história dos intelectuais que usaram os espaços de sociabilidade ligados aos círculos culturais do Império para dar gênese a suas idéias e propostas que buscavam quebrar com as raízes coloniais já comentadas acima.

Centrando-se nas figuras de Araújo, Magalhães e Torres-Homem, bem como Gonçalves Dias e outros, tentamos recuperar a idéia fio condutor, nas suas rupturas e continuidades, em suas trajetórias intelectuais e políticas, expressadas nas páginas das revistas “Nitheroy”, “Minerva Brasiliense” e “Guanabara”.

Portanto nosso intuito é salientar uma sociedade Imperial que, pelo menos nos debates intelectuais e políticos, apresentava a incorporação dos povos indígenas em seu íterim e repudiava, em certa medida, as instituições escravistas, mostrando uma veia inovadora e moderna no horizonte liberal do Brasil do século XIX.

Bibliografia

Referências bibliográficas

Instrução Publica. In: Brasiliense Jornal de Sciencias, Letras e Artes – nº. 10 de 15/03/1844. Autor anônimo.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: A elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*/José Murilo de Carvalho. 2.ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

COUTINHO, Cândido de Azeredo. *Phisica Industrial* . In: Minerva Brasiliense, Jornal de Ciencias, Letras e Artes – nº. 7 de 1º/02/1844.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Política indigenista no século XIX*. In CUNHA, Manuela Carneiro da Cunha (Org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

KODAMA, Kaori. *Os filhos das brechas e o Império do Brasil: a etnografia do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)*. Tese (doutorado). Rio de Janeiro: PUC, Departamento de História.

JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo Garrido. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)” In MOTA, Carlos Guilherme (Org). *Viagem incompleta 1500-2000. A experiência brasileira. Formação: histórias*. São Paulo: Ed. Senac; 2000.

LOPES, Hélio. “*A Divisão das águas: contribuição ao estudo das revistas românticas Minerva Brasiliense (1843-1845) e Guanabara (1849-1856)*”. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente. Senhores, letrados e o controle dos escravos, 1660-1680*. São Paulo: Cia das Letras; 2004.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. Rio de Janeiro: Access, 1999.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. *Índios livres e índios escravos: Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)*. In CUNHA, Manuela Carneiro da Cunha (Org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

PINASSI, Maria Orlandi. *Três devotos, uma fé, nenhum milagre*. São Paulo: Ed Unesp; 1999. P. 54.

PUNTONI, Pedro. “O senhor Varnhagem e o patriotismo caboclo: o indígena e o indigenismo perante a historiografia brasileira”. In: JANCSO, István. (Org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003.

RODRIGUES, Jaime. *O Infame Comércio. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil. (1800-1850)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP: CECULT, 2000.

TORRES-HHOMEM, Francisco de Sales. *Introdução. Progressos do século atual*. In: Minerva Brasiliense, Jornal de Ciencias, Letras e Artes – nº. 1 de 1º/11/1843.

Bibliografia consultada

ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O trato dos viventes*. São Paulo: Cia. das Letras; 2001.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática; 1989.

BALAKRISHNAN, Gopal (org.) *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto; 2000.

BARROS, Roque Spencer M. *A significação educativa do romantismo no Brasil: Gonçalves de Magalhães*. Sao Paulo : Edusp, 1973.

BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. Rio de Janeiro, São Paulo: expressão e Cultura, Edusp; 1976.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Cia. das Letras; 1992.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Vol 2. Belo Horizonte, ed. Itatiaia; 2000.

DIAS, Maria Odila Leite. *Aspectos da ilustração brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1968.

HOBBSBAWN, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1990.

JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, Ed. Unijuí, Fapesp; 2003.

MARQUESE, Rafael de Bivar. “A dinâmica da escravidão no Brasil. Resistência, tráfico negro e alforrias, séculos XVII a XIX.” *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 74, 2006.

TREECE, David. *Exiles, Allies, Rebels. Brazil's Indianist Movement, Indigenist Politics and the Imperial Nation-State*. Westport, London: Greenwood Press; 2002.